

# Sumário

<b>Apresentação</b> .....	IX
<b>Prefácio</b> .....	Xi
<b>Introdução</b> .....	1
<b>1 Delimitação conceitual e metodológica</b> .....	7
<b>2 O lento caminho da positivação à efetivação de direitos sociais</b> .....	19
2.1 Direitos sociais e solidariedade .....	33
2.2 Deveres fundamentais sociais .....	39
2.3 Os caminhos possíveis.....	49
<b>3 A busca judicial e os problemas do ativismo</b> .....	51
<b>4 A reformulação da noção de acesso à justiça</b> .....	63
4.1 O fomento aos meios alternativos e o sistema multiportas .....	73
4.2 A disseminação do discurso jurídico e a interpretação aberta da Constituição .....	83
<b>5 Contornos e particularidades da via não judicial</b> .....	89
<b>6 A atuação extrajudicial de atores estatais</b> .....	115
6.1 A indisponibilidade do interesse público e a negociabilidade de direitos sociais.....	115
6.2 A pluralidade de agentes no direito positivo brasileiro .....	124
6.2.1 Ministério Público .....	126
6.2.2 Defensoria Pública.....	129
6.2.3 Advocacias públicas.....	131
6.2.4 Tribunais de Contas.....	132
6.2.5 Controladorias.....	135
6.2.6 Agências reguladoras.....	135
6.3 Diálogo interinstitucional .....	136
6.4 Ombudsman e Defensor del Pueblo .....	140
6.5 Instrumentos de atuação e formas de utilização .....	149
6.5.1 Poder de requisição.....	150
6.5.2 Recomendação e instrumentos análogos .....	162

6.5.3 Compromisso de ajustamento de conduta .....	168
6.5.4 Audiência pública.....	178
6.5.5 Outros instrumentos .....	185
6.6 Mecanismos de controle .....	188
6.7 Casos concretos de atuação estatal.....	198
<b>7 A atuação extrajudicial de atores não estatais .....</b>	<b>215</b>
7.1 Redimensionamento do papel da cidadania .....	215
7.2 Impacto potencial da atuação da sociedade civil .....	221
<b>Conclusões.....</b>	<b>231</b>
<b>Referências bibliográficas .....</b>	<b>233</b>